

Pandemia e a colonialidade em (dis)curso no corpo da mulher negra

Pandemic and coloniality in (dis) course in the body of the black woman

Flávia Marinho Lisbôa¹

Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA

flaviamlisboa@gmail.com

RESUMO: Este artigo propõe refletir sobre a pandemia a partir da mulher negra, especificamente do lugar da trabalhadora doméstica como representativo da colonialidade e das desigualdades sociais no Brasil. Para a reflexão é tomado o enunciado remetido à trabalhadora doméstica Mirtes Souza no especial Falas Negras, exibido na Globo em 20 de novembro de 2020 em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra. Pela Análise do Discurso com Foucault se encaminha a reflexão do artigo, com as lentes da interseccionalidade e da decolonialidade, para evidenciar a linha de força que vulnerabiliza esse corpo não apenas na pandemia, mas num lastro histórico em curso desde a colonização com permanentes atualizações que as permitem acontecer com efeito de naturalidade, que é o papel do Dispositivo Colonial. O enunciado é o ponto de partida para traçar uma rede de memória com fins de revolver condicionantes históricas para o lugar dessa mulher no presente, apontando a desumanização desse corpo como resultado de um projeto colonial em curso até a atualidade.

Palavras-chave: Empregada Doméstica; Análise do Discurso; Racismo Estrutural.

ABSTRACT: This paper proposes to reflect on the pandemic from the black woman, specifically from the place of the domestic worker as representative of coloniality and social inequalities in Brazil. For reflection, the statement sent to the domestic worker Mirtes Souza is taken in the special Falas Negras, shown on Globo on November 20, 2020 in reference to the National Day of Black Awareness. Through the Discourse Analysis with Foucault, the reflection of the article is directed, through the lens of intersectionality and decoloniality, to show the line of strength that makes this body vulnerable not only in the pandemic, but in a historical ballast in course since colonization with permanent updates that allow them to happen with a natural effect, which is the role of the Colonial Device. The statement is the starting point for tracing a memory network in order to revolve historical conditions for the place of this woman in the present, pointing out the dehumanization of this body as a result of a colonial project in progress until today.

Keywords: Domestic Worker; Discourse Analysis; Structural Racism.

¹ Docente na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Doutora em Letras/Estudos Linguísticos (UFPA). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (UNIFESSPA). Graduada em Letras - Língua Portuguesa (UFPA). Membro do Grupo de Estudo Mediações, Discurso e Sociedades Amazônicas (GEDAI-UFPA) e do Grupo de Estudos em Linguística e Formação Docente (GELFOR-UFRA), além de compor o Núcleo de Educação e Diversidade na Amazônia (NEDAM-UFRA).

Introdução

Querida, o branco manda em tudo desde que eu me entendo por gente [...]. Por isso o branco larga a carga e manda o crioulo pegar. Ele pega porque tem que pegar, mas num carrega. Dá pras mulher dele. As crioula é as mula do mundo até onde eu sei.

(Zora Neale Hurston, *Seus olhos viam Deus*, p. 31)²

O Brasil começa 2021 com a marca de 200 mil mortes por Covid-19 e quase 8,5 milhões de infectados. A falta de uma política nacional de monitoramento e enfrentamento dos casos tornam os dados existentes uma ficção, uma projeção imprecisamente inferior à realidade, mas o que há de certeza ao longo desses meses pandêmicos é que o vírus vem impactando muito mais ferozmente na população pobre da sociedade brasileira e, por isso, há grupos mais vulneráveis na pandemia enquanto os mais abastados podem fazer isolamento e se protegerem do vírus SARS-CoV-2, causador da doença. O recorte das mulheres negras, especialmente as concentradas no trabalho doméstico, é exemplar nesse quadro de desigualdade, o qual tomamos como central nesta reflexão.

Os recorrentes debates em torno da pandemia não conseguiram desviar de um fator central na constituição do Brasil: suas profundas desigualdades socioeconômicas, estruturadas inevitavelmente em fatores raciais. Sempre foi muito forte no Brasil o discurso de que os brasileiros vivem em uma democracia racial e a pobreza em sua estreita relação com a raça foi algo difícil de negar ao se refletir sobre os efeitos sociais de uma crise sanitária. Lutas históricas da população pobre contra a falta de acesso a serviços básicos, como saúde, saneamento, moradia e renda mínima surgiram nessa pandemia como pautas frontalmente necessárias para o enfrentamento do vírus pelos mais pobres, que se veem sem condições mínimas para cumprir as orientações sanitárias básicas de higiene e isolamento social.

Os grupos socialmente vulneráveis são os mais atingidos pela Covid-19 porque têm menos condições de se proteger, pois estão na linha de frente na prestação de serviços básicos (comércio, supermercados, limpeza, transporte, saúde, cuidados, domésticas etc.), onde há uma grande pressão dos empresários para não parar, ou também por não possuírem as condições sanitárias mínimas em suas residências, além da inviabilidade de distanciamento entre os membros de famílias numerosas em habitações pequenas. Entre esses grupos mais vulneráveis, a mulher negra protagoniza nas duas situações.

² Tradução Marcos Santarrita, Rio de Janeiro, Record, 2002.

Por fatores que seguem nesse sentido, emerge esse corpo com destaque na desigualdade desnudada na pandemia, mas que, na verdade, é uma regularidade historicamente denunciada pelos movimentos de mulheres negras (mesmo antes de existir o feminismo negro) com olho na intersecção das opressões de gênero, raça e classe que recaem sobre ele e que, por isso, o tornam triplamente (ao menos, pois outras opressões poderiam ser acrescentadas nessa intersecção, como a sexualidade, por exemplo) exposto à uma sociedade tão desigual quanto à nossa.

Dessa forma, este texto propõe refletir sobre a pandemia com centralidade na mulher negra, a partir da perspectiva da colonialidade e da interseccionalidade pelo potencial que possuem para evidenciar as nuances que vulnerabilizam esse corpo não apenas na pandemia, mas num lastro histórico em curso desde a colonização. Com isso, toma força nessa reflexão a história de colonização e como tais condições são introduzidas pela racialização da mulher africana escravizada e posteriormente reproduzidas nas afrodescendentes, com as atualizações necessárias ao longo da nossa história. Essas atualizações contam com uma estrutura que as permitem acontecer com efeito de naturalidade, o que apontamos ser o papel do Dispositivo Colonial, ideia pertinente às análises que buscam evidenciar a perpetuação das relações de poder com o sistema colonial.

Este artigo toma como ponto de reflexão sobre a pandemia o lugar da trabalhadora doméstica como representativo da colonialidade e das desigualdades sociais, compreendendo que essa atividade é historicamente desempenhada por mulheres negras, corpo este atravessado pelas desigualdades basilares da estrutura social brasileira. Como materialidade dessas relações para as reflexões empreendidas, é tomado o enunciado remetido à trabalhadora doméstica Mirtes Souza no especial Falas Negras, exibido na Globo em 20 de novembro de 2020 em alusão ao Dia da Consciência Negra. O enunciado é o ponto de partida para problematizar as desigualdades no Brasil, desnudadas na pandemia em curso, porém legitimadas no sistema colonial, permanentemente atualizado sem nunca perder de vista a ligação de suas regularidades com o corpo da mulher negra.

Para isso, é traçada uma rede de memória que permite relacionar os condicionantes históricos como lugar dessa mulher no presente, apontando a desumanização desse corpo como resultado de um projeto colonial que segue firme até a atualidade. A importância de localizar o corpo negro nessa conjuntura pandêmica nos permite apontar o funcionamento do projeto colonial no presente e visibilizar os tensionamentos que apontam possibilidades futuras.

Dispositivo Colonial e a colonialidade no presente pandêmico

O racismo que estrutura nossa sociedade é fator que determina a naturalização da hierarquia racial assumida desde a colonização e ao efeito naturalizado e normatizador dessa relação damos o nome decolonialidade. A colonização acabou, mas a perpetuação de nossas relações sociais em moldes coloniais até os dias atuais se dá pela colonialidade.

idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005, p. 118).

Apesar de centrado em fundamentos eurocêntricos e de ser ele mesmo uma referência para essas bases, Foucault chegou a tocar no empreendimento “colonização” e os efeitos decisórios do racismo como “justificativa” para matar.

O racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderá fazê-lo, se se funcionar no modo do biopoder? Através dos termos do evolucionismo, mediante o racismo [...]. Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder (FOUCAULT, 2010, p. 216).

Foucault dá continuidade a essa análise, afirmando ainda que o racismo é determinante para o encaminhamento de políticas por parte dos governos para gerir a vida e a morte das populações, proposição de onde Mbembe (1999) parte para pensar o termo “necropolítica”. E nisso é propício enxergar que esses delineamentos dados ao povo negro ao longo da história no Brasil devem ser lidos como ações, políticas governamentais em associação aos interesses econômicos, o que é condizente às formulações de Foucault sobre colonização e racismo.

Tomemos agora a ideia de “dispositivo” para aliar a tais preambulações em torno do racismo/colonização. Para Foucault, o dispositivo deve ser compreendido como “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 1999, p. 146). Ou ainda:

Conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1999, p. 244).

A partir dessa definição e inspirados nos estudos sobre a (de)colonialidade, o Grupo de Estudo Mediações, Discurso e Sociedades Amazônicas (GEDAI)³ tem discutido e aplicado a ideia “dispositivo colonial” para o desenvolvimento de análises que envolvam a reflexão sobre materialidades discursivas e suas relações com a exterioridade social. Assumo a experiência da colonização como preponderante para tais emergências, posto que ela confere as condições para naturalizar hierarquias estruturadas desde o período colonial.

Este grande dispositivo, o sistema colonial, engloba o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade, que representa sua atualização, com seus diferentes matizes, prossegue nas histórias das sociedades amazônicas e em muitas outras histórias da América Latina (NEVES, 2015, p. 31).

Na definição de Foucault, o dispositivo é uma rede que se pode estabelecer entre elementos ditos e não ditos. É preciso apontar com o dispositivo colonial os atravessamentos que envolvem os ordenamentos das relações sociais, do funcionamento das instituições, leis etc., nas mais variadas formas de se exercer, administrar o controle social, normatizando e viabilizando hierarquias de saber-poder de forma estruturada na sociedade.

O dispositivo colonial, nessa conjuntura, não pode ser visto como mais um elemento dentro do que nos constitui como sociedade, mas deve ser pensado como o molde da colonialidade, como a estrutura que comporta e reproduz a colonialidade desde as materialidades institucionais do poder até as questões mais subjetivas de definição dos gostos e desejos (LISBÔA, 2019, p. 82).

Deleuze (1996) se dedica ao conceito de dispositivo para defender sua composição com quatro linhas/curvas nomeadas por ele como “visibilidade” “enunciabilidade”, “subjetivação” e “força”. Cada uma delas tem um papel de atuação no funcionamento do dispositivo, arranjando-se dentro deles em permanente flexão, de acordo com as condições de possibilidades históricas. A proposta deleuziana é que as linhas do dispositivo sejam usadas para relacionar os acontecimentos presentes com os dados de um arquivo (a história/passado) para, assim, termos condições de vislumbrar as possibilidades de ramificações futuras, ou seja, analisar o que estamos nos tornando (sedimentações, mudanças ou transformações), compreendendo que “desenredar as linhas de um dispositivo é construir mapa, cartografar” (DELEUZE, 1996, p. 83).

Na polêmica do que traçar como marcadores coerentes e justificáveis entre o que seria o passado, o presente e o futuro nessa operacionalização, assumimos que o objetivo da análise

³ Disponível em: <<http://grupogedai.blogspot.com/>>.

do dispositivo colonial é evidenciar o que estamos nos tornando e para isso não podemos perder de vista o passado da colonização que estruturou bases racistas na sociedade brasileira como forma de compreender o presente. Logo, nesse momento presente de pandemia pela Covid-19, a reflexão sobre o que estamos nos tornando é o resultado desse exercício de relacionar os acontecimentos do presente com nossa história, apontando as linhas de força⁴ que pesam sobre o corpo racializado, impedindo-o de se deslocar das condições que o vulnerabilizam socialmente, as desigualdades estruturais (instauradas pela colonização por meio da hierarquização das raças) desnudas pela pandemia.

A partir dessas definições e amarrações, pontuamos a relação entre “discurso, gênero e pandemia” a partir da impossibilidade de pensar gênero sem concebê-lo na perspectiva interseccional, amparada nas contribuições de intelectuais negras. Assim, ao tomar os enunciados na relação com o caso de Mirtes pretendo evidenciá-los numa rede de memória constituída por discursos ligados pela força de um sistema de opressões, inscritos em práticas discursivas ao longo da história.

Abordar a mulher negra na pandemia no recorte que compõe as trabalhadoras domésticas, como simbólicas na proposição deste texto a partir da interseccionalidade, possibilita ver com clareza quais fatores compõem a linha de força do dispositivo colonial que opera na vida das mulheres negras e impõem engessamentos pelas diversas formas de reverberar a sua desumanização.

Linha de força: a interseccionalidade de opressões sobre a mulher negra

O termo “interseccionalidade” nasceu no feminismo negro, ganhando impulso quando, nos anos 90, Kimberly Crenshaw o utilizou para processar por racismo e preconceito de gênero a General Motors. A tripla incidência de gênero, raça e classe que diferencia as vivências das mulheres negras com as das mulheres brancas sempre foi fator apontado como basilar para as primeiras não se sentirem representadas no feminismo hegemônico.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o

⁴ Desde a minha tese de doutorado busco visibilizar a potencialidade analítica da linha de Força do dispositivo colonial e, além de elaborar as condições para operacionalizar o conceito de dispositivo colonial como ferramenta teórico-analítica de discursos, aponte a colonialidade linguística como a “linha de força” do dispositivo colonial no contexto da universidade para estudantes indígenas.

patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177)⁵.

Essa ideia possibilita considerar que determinados grupos de pessoas estão mais vulneráveis na sociedade por agregarem as condições necessárias aos diversos tipos de opressão que compõem o sistema de desigualdades, como as já citadas gênero, raça, classe, entre outras, como a sexualidade.

Com a publicação da obra *Mulheres, Raça e Classe* em 1981, Ângela Davis já apresentava a imbricação interseccional e, bem antes dela, outras negras já o faziam, como, por exemplo, Sojourner Truth (em 1851) chamou a atenção em uma convenção onde se discutia sobre direitos femininos. Ela questionou se não seria ela uma mulher (“Eu não sou uma mulher?”), considerando que o pleito das feministas brancas para trabalhar, por exemplo, não fazia sentido algum para ela como mulher negra, ex-escrava, lugar onde o trabalho pesado e forçado sempre foi condição de existência.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços!
Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?⁶

Nos debates do feminismo negro no Brasil, a interseccionalidade também é clara para compreender a organização social nacional, conforme legado teórico de Lélia Gonzalez no que ela aponta as mulheres negras ocupando a base da pirâmide social e também como a mão de obra que possibilita às mulheres brancas usufruírem de seus prestígios educacionais e profissionais. Com dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1976, a autora apontou conclusões que até hoje são fundamentais para refletir sobre as desigualdades no Brasil, pela análise do mercado de trabalho.

⁵ Ver também AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

⁶ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

Segundo Lélia... as mulheres negras compunham a base de uma hierarquia racial, pois a pesquisa revelara que as diferenças entre mulheres e homens brancos eram menores do que as diferenças entre mulheres brancas e negras.

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, Lélia fez a seguinte afirmação sobre o movimento de mulheres: “o movimento feminista tem suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significa muito maiores possibilidades de acesso e do sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígios etc.” (GONZALES, 1981, p. 8) [...]. Sua reflexão, portanto, alertava para o fato de que o próprio feminismo brasileiro, tal como fora construído, também se valia da opressão feminina da mulher negra. Em outras palavras, a liberdade das mulheres estava assentada na exploração de classe e de raça de outras mulheres que não dispunham dos mesmos privilégios sociais (RATTS; RIOS, 2010, p. 104).

Da mesma forma, Carneiro (2011; 2020) desenvolveu estudos apontando a imbricação de raça e classe sobre o corpo da mulher negra, posicionando-a mais afetada pelas desigualdades em relação ao homem branco, à mulher branca e ao homem negro. Ou seja, fora do debate generalizante que é o feminismo hegemônico no Brasil, as mulheres negras sempre buscaram construir considerações sobre gênero na interseccionalidade, o que nos faz questionar como o feminismo pode fazer sentido para:

- uma mulher negra que é mãe e favelizada em grandes cidades como São Paulo, por exemplo? com a juventude negra sendo fuzilada de helicóptero pela polícia mesmo com uniforme no caminho da escola?
- mulheres negras expostas a uma diferença gritantemente ao risco de morte? Das mulheres assassinadas no Brasil (Mapa da Violência, 2019), 2/3 são mulheres negras e esse índice segue em constante auge, enquanto o índice para brancas tem diminuído nos últimos dez anos.
- mulheres negras que são responsáveis pelo trabalho doméstico no Brasil? São 6,5 milhões de pessoas (maior do mundo), uma reverberação da escravidão, que relegou o trabalho doméstico às mulheres negras, seja de forma escrava por quase 400 anos ou informal (sem direitos trabalhistas) até 2015, quando foi aprovada a “Lei das Empregadas Domésticas”⁷.

a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor [...], em um menor índice de casamentos, e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2011, p. 127).

⁷ Lei Complementar n. 150/2015, que regulamentou a Emenda Constitucional n. 72 (popularmente conhecida como a PEC das Domésticas) para estender os direitos trabalhistas (em regime CLT) à empregada doméstica.

A estrutura piramidal apontada por Lélia continua intacta nos dias atuais, dado o caráter estrutural que possibilitou essa pirâmide por nossa história de colonização e os efeitos da reverberação desses fundamentos coloniais, a colonialidade, na trajetória de formação do nosso pensamento social brasileiro, sendo ainda tais conformações amplamente captadas pelo capitalismo como instrumentos de exploração, estabelecendo novas relações entre raça e trabalho pela consideração de uma hierarquia mundial de poder, pautada na raça, como explica Quijano (2005, p. 110): “O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado. Sem relação clara com essas específicas características históricas do capitalismo, o próprio conceito de ‘moderno sistema-mundo’ [...] não poderia ser apropriada e plenamente entendido”.

Considerando que nessa organização piramidal como padrão do nosso sistema econômico-social (tomando as grandes opressões recorrentemente aqui apontadas: gênero, raça e classe) a mulher negra está na base, logo se constata o raciocínio lógico para o qual nos leva o célebre enunciado de Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

O potencial dessa frase e do que propõe as feministas negras é superior a pautas que dizem respeito apenas as mulheres negras. Compreender o fato de que a mulher ocupa a base da pirâmide social é concluir que a aplicação de melhorias para a vida da mulher negra significa impactar em todos que estão a cima dela. Além disso, a centralidade do apontamento racial (consequentemente também de classe, considerando que quase 80% da população pobre brasileira é negra) no debate de gênero explicita que as defesas do feminismo negro exigem na verdade uma revisão social da estrutura da sociedade brasileira, revisão das desigualdades basilares desencadeadas pela racialização dos corpos e que

estabelece para nós, negras, a necessidade de privilegiar a questão racial sobre a sexual, ainda porque a opressão sobre a mulher negra na sociedade brasileira não advém originalmente de diferenças biológicas, e sim raciais.

Tal como afirma Lélia Gonzalez, ‘o sistema (colonial) não suavizou o trabalho da mulher negra. Encontramo-la nas duas categorias citadas: trabalhadora do eito e a mucama’. Sua condição biológica propiciou apenas um alargamento nos níveis de exploração a que estava submetido o negro em geral, já que, enquanto fêmea, podia-se extrair-lhe ainda o leite para amamentar os futuros opressores e aliviar taras sexuais dos sinhôs (CARNEIRO, 2020, p. 49).

Com isso, a necessidade de reconhecimento das diferenças que marcam a existência da mulher negra não pode ser vista como um desejo de separação, divisão ou muito menos vitimização. Ao contrário, trata-se de reconhecer as diferenças como forma de identificar as

desigualdades que precisam ser combatidas para o caminho da restauração de nossa humanização enquanto sociedade, de reconhecer distorções “e os efeitos dessas distorções sobre comportamentos e expectativas humanas” (LORDE, 2020, p. 142).

Pandemia e a vulnerabilidade da mulher negra pela incidência interseccional

Concomitantemente ao estabelecimento da pandemia em território brasileiro também se deram as análises sobre os efeitos sociais nessa nova conjuntura e logo de início já se constatava o fator nada democrático quanto ao contágio do vírus. Ainda que a condição biológica para o contágio não estabeleça diferença sobre qual corpo o Covid-19 estaria infectando, a pandemia demonstrou que o vírus inevitavelmente afetaria as pessoas socialmente mais vulneráveis pela falta de condições financeiras para se proteger contra a doença: medidas sanitárias e isolamento social.

Diante de tais orientações preventivas, como pessoas trabalhadoras em empregos informais ou em linhas de frente da prestação de serviços poderiam parar e trabalhar? Como pessoas pobres residindo em pequenas habitações e em áreas sem serviços públicos básicos poderiam manter o mínimo de higiene e o isolamento social? Nisso denota as implicações nada democráticas do vírus, necessitando de medidas que ultrapassassem o enfrentamento estritamente sanitário, levando também em consideração fatores sociais, pois o recorte das pessoas mais expostas ao vírus denuncia um agrupamento de classe, gênero e raça muito nítido.

Tabela 1 - Óbitos por Covid-19 totalizam 46,064. 60% são negros (pretos e pardos) e 37% são brancos

Raça	Óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG)						Total
	covid-19	influenza	Outros vírus respiratórios	Outros agentes etiológicos	Não específica	Em investigação	
Branca	17.363	105	53	105	11.302	1.250	30.178
Preta	3.375	11	9	13	1.620	258	5.286
Amarela	725	5	3	4	328	28	1.093
Parda	24.323	104	54	89	10.006	1.183	35.759
Indígena	278	1	1	1	63	8	352
Ignorado	10.102	32	31	21	3.574	559	14.319
Sem informação	12.676	28	32	30	4.651	725	18.142
Total	68.842	286	183	263	31.544	4.011	105.129

Fonte: Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe. Dados atualizados em 13 jul. 2020.

A não democracia do vírus implica que sofrem mais nessa conjuntura pessoas pobres de forma geral, por estarem nas atividades de trabalho mais precarizadas, situação potencializada pelos fatores de gênero e raça, já que as mulheres são quem prestam majoritariamente os serviços de cuidados (tangencialmente ampliados na pandemia), domésticos e outros considerados “essenciais” na pandemia, e os pobres são quase 80% pessoas negras. Nesse desenho, o olhar interseccional permite afirmar como é perceptível a associação dessas condições na mulher negra.

Pessoas negras são a maioria (60%) das que trabalham informalmente, sobretudo as mulheres negras (IBGE). Com a forte precarização do trabalho, muitas destas pessoas terão de escolher entre ficar sem nenhuma renda, ou sair de casa correndo o risco de ser contaminada ou de propagar o vírus (INSTITUTO POLIS, 2020).

A mulher negra compõe em maior número os índices de desempregados, trabalhadoras por conta própria, pessoas com menos acesso a serviços básicos como saneamento e saúde (fundamentalmente necessárias na pandemia) e as demais condições mínimas para cumprir o isolamento social diante da insegurança quanto ao sustento familiar.

Em resposta ao discurso “a economia não pode parar” fortemente circulado na pandemia como oposição às recomendações sanitárias de isolamento social, foi lançado o estudo “SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”⁸, o qual aponta o acirramento da vulnerabilidade nesse período pandêmico para as mulheres negras, evidenciando os efeitos da incidência racial e de classe sobre esse corpo, além da de gênero. A essas variáveis de intercorrências sobre a existência do corpo da mulher negra é que a interseccionalidade vem sendo há séculos construída por intelectuais pretas⁹.

A mulher negra é a que mais paga imposto no país¹⁰, ganha menos, trabalhando em ocupações menos remuneradas. E nesse cenário de exploração, é importante que se reconheça o quanto a desvalorizada mão de obra da trabalhadora doméstica é condição necessária para que seus empregadores tenham condições para acumular privilégios, inclusive salarial. São ganhos que se beneficiam dessa relação de exploração. O tempo que os patrões possuem para trabalhar, estudar etc. existe às custas do trabalho mal pago dessas trabalhadoras em seus lares. Nessa provocação se sinaliza uma das nuances do que enuncia Zora.

⁸ Disponível em: <<http://mulheresnapanademi.sof.org.br/>>.

⁹ De acordo com a compreensão defendida por Collins (2019, p. 51) de que “as intelectuais negras não necessariamente são acadêmicas”, mas mulheres que contribuíram para a construção do feminismo negro, sendo elas instruídas ou não. Muitas delas não sabiam ler nem escrever, como a própria Sojourner Truth.

¹⁰ Dados disponíveis em: <<https://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-e-pobres-sao-as-que-mais-pagam-impostos-proporcionalmente/>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

As empregadas domésticas entre os serviços essenciais e “A economia não pode parar”

A primeira pessoa a morrer por Covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica. Isso não é coincidência, mas incidência sócio-histórica. As empregadas domésticas foram as primeiras infectadas no Brasil pelo contato com patrões vindos da Europa, que não as liberaram do trabalho, apesar da pressão social para que assim procedessem. Com os rearranjos da vida cotidiana em função da pandemia, a necessidade de trabalhadoras em torno do “cuidado” nas famílias tem sido exponencial e dispensar essas pessoas de suas funções passa ao largo de se viabilizar pela falta de uma política nacional. Mais que isso, a própria defesa declarada do governo de que o trabalho não pode parar.

Dentre as principais recomendações sanitárias para lidar com a pandemia lista-se lavar as mãos, usar máscara e manter o isolamento social, este último contando com a suspensão de atividades que exigem a circulação das pessoas nas ruas e em ambientes fechados. Mas há atividades que não podem parar e continuam sendo desempenhadas, majoritariamente, por mulheres negras, visto que se intensificou sobremaneira o “mercado do cuidado”, nas atividades como babás, domésticas, cuidadoras de idosos, profissionais da linha de frente da saúde. As mulheres negras não só não puderam deixar de trabalhar, como ainda precisam se lançar nessas atividades laborais mais expostas ao vírus.

No mercado de trabalho, o resultado concreto dessa exclusão se expressa no perfil da mão de obra feminina negra. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Justiça na publicação *Brasil, Gênero e Raça*, “as mulheres negras ocupadas em atividades manuais perfazem um total de 79,4%”. Destas, 51% estão alocadas no emprego doméstico e 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes (CARNEIRO, 2011, p. 128).

O trabalho doméstico e afins (de forma compartimentada, como cozinheira, limpeza, serviços gerais, babás etc.), além de outras atividades ligadas ao “cuidado” de forma geral (não só nos lares, mas também em empresas, órgãos governamentais e não governamentais e no âmbito da saúde), ainda é alvo das piores condições de trabalho¹¹, ganha os piores salários, muitas vezes atuando na informalidade, sem direitos trabalhistas, como as trabalhadoras

¹¹ “No relatório *Domestic workers across the world* da OIT (ILO, 2013) levantou-se que apenas 10% dos trabalhadores domésticos estão cobertos por legislação específica. Nos países onde existe legislação trabalhista expressa, 50% deles não estabelecem limites ou qualquer regulação quanto às horas trabalhadas, 42% dessas legislações não preveem descanso remunerado, 17,2% ainda admitem pagamentos parciais em espécie. Além disso, um terço das trabalhadoras domésticas do mundo não dispõe de licença maternidade” (BRITES, 2013, p. 436).

domésticas que estiveram legislativamente “em ponto cego” até serem reconhecidas como trabalhadoras em 2015.

O que é flagrante nessa negação à empregada doméstica da sua condição de trabalhadora (com direitos na lei trabalhista) é o fato de que a sociedade brasileira apaga não só a existência da mulher negra como comumente faz, mas também a importância basilar que ela materializa como força motriz para o funcionamento desse país desde a escravidão, posto que além de ter sua mão de obra sugada, ainda é recompensada com pagamentos insuficientes para o seu sustento e de sua família. Nisso, mais uma vez, vemos com clareza a mulher negra como a mula do mundo, como desenha Zora, por ser a “maior vítima da profunda desigualdade racial vigente em nossa sociedade [...] através do racismo e do sexismo que permeiam todos os campos da vida [...]. O resultado: um sentimento de inferioridade, de incapacidade intelectual e a quase servidão vivenciados por muitas” (ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS, 2020).

Em 2018, das brasileiras ocupadas, 14,6% delas estavam no trabalho doméstico, o que significa mais de 5,7 milhões de mulheres. Com o total de homens e mulheres, tratam-se 6,2 milhões de pessoas, das quais mais de 4 milhões eram pessoas negras e, dentro desse recorte, 3,9 milhões eram mulheres negras, de acordo com o IPEA (2019, p. 11-12), que reafirma a incidência colonial nesse cenário:

O trabalho doméstico no Brasil é um trabalho realizado majoritariamente por mulheres negras oriundas de famílias de baixa renda. Essa afirmação soaria coloquial não apenas em função da banalização que se faz da presença das mulheres no serviço doméstico, mas também pelo racismo estrutural que, em alguma medida, aprisiona os corpos de mulheres negras nas mesmas atividades realizadas na cozinha da casa grande durante o período de escravização.

Ainda nesses dados do IPEA, as mulheres negras correspondem naquele ano a 63% do total das trabalhadoras domésticas, sendo a atividade exercida por 18,6% das mulheres negras, enquanto que para mulheres brancas essa proporção cai para 10%. Em determinadas regiões do Brasil esse número aumenta sobremaneira, como no DF, onde 80% dos trabalhadores domésticos eram mulheres negras no ano de 2016, de acordo com estudo da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

Nesse desenho, o trabalho doméstico é um quadro flagrante da perpetuação da escravidão na exploração da mulher negra nas casas-grandes da atualidade: “Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras

reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão” (DAVIS, 2016, p. 17). Também de acordo com a declaração das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (2000):

o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares as formas de recrutamento são predominantemente neoescravistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub-humanas no espaço doméstico.

A outra ponta, onde estão as trabalhadoras desocupadas, situação tangencialmente aprofundada pela pandemia¹², a situação acumula outras mazelas tanto quanto desastrosas no que envolve o desemprego: a falta de renda para sobreviver em meio a uma pandemia, verem-se obrigadas a atividades laborais com exposição ainda maior ao vírus, não ter com quem deixar os filhos que estudam em escola pública (fechadas pela pandemia). Outro dado que pincela as especificidades quanto a raça e classe da mulher negra como desempregada é o fato de integrarem 61% das mulheres (SOF, 2020) que estão na economia solidária com estratégias de cooperação na pandemia.

Como se não bastassem, a violência contra a mulher, que teve um aumento significativo nessa pandemia, também afeta a mulher negra de forma substancialmente maior do que a mulher branca (tanto em agressões pelos companheiros, quanto em feminicídio e em estupro)¹³. O tempo maior de convivência com seus companheiros, que também dividem com as mulheres negras o protagonismo nos índices de desemprego no Brasil, constitui um cenário favorável para a violência, apesar de haver uma subnotificação pelas condições sociais/raciais que desmotivam o registro dessas ocorrências, enquanto mulheres brancas tendem mais a procurar a polícia nesses casos.

¹² Segundo dados da Pnad, entre abril e junho de 2020, houve uma redução de 24,6% nas vagas para trabalhadoras domésticas, fazendo com que a taxa de desemprego entre mulheres negras (pretas, pardas e indígenas) atingisse 18,2% em junho, enquanto que entre as brancas a taxa foi de 11,3% e, entre homens brancos, de 9,5%.

¹³ Ver Monitor da Violência. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghml>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

A trabalhadora doméstica como símbolo do Dispositivo Colonial

A pandemia tem o dom de desvelar as desigualdades historicamente apagadas na sociedade brasileira, como a conexão entre a escravidão e a associação racial na divisão do trabalho, visivelmente materializada no trabalho doméstico no Brasil. O próprio reconhecimento da atividade como um trabalho já denota esse lastro colonial, pois só aconteceu em 2015, ainda com fortes reações da sociedade à ascensão das domésticas ao *status* de trabalhadoras. Ou seja, o serviço doméstico foi feito por mulheres negras por quase 400 anos em regime de escravidão e, em seguida, por 130 anos em clandestinas relações de trabalho, preservando as condições perfeitas para as exposições mais exploradoras e abusivas comumente relatadas por essas trabalhadoras.

A estrutura que tornou viável mais de 300 anos de escravidão e, posteriormente, a total falta de política para inserção do povo negro no consumo das riquezas produzidas às custas de sua vida e sangue permitem sem espanto que essa população passe da escravidão aos empregos mais vulneráveis da sociedade e, no caso da mulher negra, permitiu que ela saísse da casa-grande direto para o emprego doméstico. O racismo que delineava a vida das mulheres negras no trabalho escravo continuou com papel central na reorganização econômica na política global, relegando a essas mulheres o trabalho doméstico, e outras atividades basilares da estrutura ocupacional no mercado de trabalho, como atualização necessária dadas as transformações nos processos de produção mundial. “A forte presença das mulheres negras na prestação de serviço ratifica que, tal como no passado pós-abolicionista, essa continua sendo, para mulheres negras, a principal modalidade de atividades econômicas a que têm acesso” (CARNEIRO, 2020, p. 36). Essas atividades alocam-se no patamar da má remuneração e condições laborais precárias, além de sofrerem ainda com a instabilidade típica desses trabalhos.

O trabalho realizado por mulheres negras pobres se assemelha às tarefas há muito associadas ao serviço doméstico. No passado, o serviço doméstico era confinado às residências particulares. Hoje, ao contrário, os trabalhos ligados à cozinha, limpeza, enfermagem e cuidados de crianças viraram rotina e foram descentralizados em uma série de restaurantes de fast-food, serviços de limpeza, creches e outros do setor de serviços. [...] o local pode ter mudado, mas o tipo de trabalho não (COLLINS, 2019, p. 126).

As relações sócio-políticas e econômicas instauradas na escravidão seguiram avançando ao longo da história, perpetuando o racismo na estrutura da sociedade brasileira e,

nessa reverberação, a mulher negra teve sua existência hierarquizada ao extremo da desigualdade social. Ela está na base da pirâmide social, ocupando os empregos com menos *status* social e recebendo os piores salários em termos absolutos em relação às mulheres brancas e aos homens.

período pós-escravidão as negras que não iam para o campo executavam serviços doméstico. “Aos olhos dos ex-proprietários de escravos, ‘serviços domésticos’ devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão [...]”. A equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo. Por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar às tarefas domésticas [...] (DAVIS, 2016, p. 98).

O dispositivo colonial acarreta as garantias para a perduração em bases tão inabaláveis do racismo ser estrutural¹⁴ e da forma como a mulher negra se situa nessa conjuntura. A linha de força (sistematicamente reforçada pelas demais linhas do dispositivo – visibilidade, enunciabilidade e subjetividade) que opera para impedir o avanço da mulher negra de espaços de subempregos é motriz no questionamento do que somos nós hoje, imersos em uma pandemia que desvela o que nos tornamos ao longo desses cinco séculos como sociedade.

Na pandemia pela Covid-19 as condições de sobrevivência foram acirradas, e para a mulher negra com mais profundas especificidades, considerando a incidência das opressões de raça e classe, além da de gênero, que a situa nesse lugar interseccional, especialmente quando se trata da trabalhadora doméstica. Na reflexão discursiva proposta aqui, as considerações tratam desse recorte: a trabalhadora doméstica, mulher negra, em contexto de pandemia como a representação dos moldes coloniais na sociedade brasileira.

Em 2008, a cada 100 mulheres negras trabalhadoras no Brasil, 22 eram empregadas domésticas; dez anos antes, eram 48 [...]. Durante a pandemia de COVID-19, o trabalho doméstico remunerado foi considerado serviço essencial, afinal, mesmo no isolamento social as classes médias e as elites não poderiam cuidar das próprias crianças ou limpar a própria sujeira. Uma alegoria do quanto o colonialismo e o sistema escravagista ainda vicejam entre nós (SANTANA, 2020).

Nas relações estabelecidas entre o trabalho doméstico e a mulher negra, como inevitável lastro histórico da escravidão, no próximo tópico buscamos na história do presente evidenciar a materialização do dispositivo colonial, das estruturas que permitem a recorrência das condições necessárias às possibilidades coloniais.

¹⁴ ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

O simbólico caso de Mirtes: a desumanização da mulher negra (em discurso) no dispositivo colonial

Os fatores sociais, políticos e econômicos elencados até aqui são fundamentais para colocar em funcionamento o método arqueogenealógico proposto por Michel Foucault, tomando como materialidade discursiva o enunciado do especial Falas Negras como ponto de partida para refletir sobre as relações discursivas entre gênero e pandemia, permitindo por meio dele visibilizar o complexo processo histórico de discursivizações que envolvem a mulher negra inevitavelmente no trabalho, que não à toa é o doméstico conforme justificamos até aqui.

O enunciado em questão, enquanto acontecimento discursivo, é uma materialidade que precisa ser abordada pelas regularidades históricas que a atravessam, identificando as relações que recortam, acumulam, coexistem e, logo, possibilitam os efeitos de sua existência.

Os demais enunciados que relacionamos ao enunciado do Falas Negras estabelecem as conexões que produzem os sentidos coloniais deste último. Estabelece em rede de memória as práticas discursivas que reverberam o racismo em nossa sociedade, considerando que a manifestação discursiva não se desliga das conjunturas sociais, no caso da mulher negra das condições latino-americanas imersas em um projeto econômico que perpetua a colonização no século XXI.

O olhar foucaultiano não linear sobre a história nos permite considerar a descontinuidade histórica e a partir disso entender a operação da colonialidade como a persistência colonial espaiada ao longo do tempo, a vívida manutenção dos moldes coloniais no presente. Essa descontinuidade nos acomete de lapsos e vertigens temporal-linear diante de acontecimentos como o enunciado de Mirtes em Falas Negras, marcados pela lógica colonial incrustada nas estruturas sociais que conferem permanentemente as condições de possibilidades históricas para que possam emergir com regularidade, por força da imbricação de fatores de diversas ordens: social, política, econômica etc.

A medida que acompanhamos o relato de Mirtes, o enunciado convoca diversas imagens da memória discursiva compartilhada em sociedade, já que histórica, evidenciando que o dito não se resume ou limita ao nível da proposição, mas produz efeitos de sentidos evocados pelas regularidades históricas, cuja repetição ao longo do tempo fomenta práticas discursivas e é também alimentada por elas. Nessas práticas, inevitavelmente mobilizamos imagens sobre o objeto em destaque no enunciado, refutando-o ou se aliando a ele, de forma que os efeitos de um enunciado não estão em suas palavras, mas se constroem a partir da

memória discursiva resultante da repetição de imagens sobre ele (manifesta nas mais diversas linguagens) ao longo da história, tensionado ainda pelas condições sociais do momento em que se materializa no enunciado. Essa noção é definida por Courtine como intericonicidade:

toda imagem se inscreve no interior de uma cultura visual e essa cultura visual supõe [...] o estabelecimento da relação de imagens externas, mas também de imagens internas, as imagens das lembranças, as imagens que guardamos na memória, as imagens das impressões visuais armazenadas pelo indivíduo. Não há imagem que não nos faça ressurgir outras imagens, tenham essas imagens sido vistas antes, ou simplesmente imaginadas (COURTINE apud MILANEZ, 2006, p. 168).

Nessa definição, Milanez (2015, p. 201) encontra respostas para as perguntas que também podemos lançar sobre o enunciado de Mirtes e a sequente relação que fazemos dela com outras imagens: “Mas como as imagens poderiam se parafrasear se não estão no nível linguístico? De que maneira se daria essa repetição? Quais os mecanismos envolvidos nessa produção? Para amarrar essas questões, recorreremos ao entendimento de memória discursiva pela noção de intericonicidade apresentada, acreditando que o enunciado da trabalhadora doméstica no especial da Globo revolve imagens no nosso arquivo mental, do que já ouvimos e vimos em relação à história da escravidão e à situação da mulher negra nesse período e pós-abolição. Tudo isso provoca efeitos de sentidos para além do que o verbalizado pode suscitar no nível linguístico: “Jean-Jacques Courtine, em seu curso de 2010-2011 na Sorbonne Nouvelle, explica que as imagens pertencem, de alguma maneira, a uma família de imagens que buscamos reconstituir para construir certos sentidos” (MILANEZ, 2015, p. 205).

Por esses caminhos, compreendo que o enunciado de Mirtes desperta imagens do arcabouço visual de nossa cultura sobre a mulher negra enquanto um corpo em discurso ao longo da história colonial, fundamentalmente aliado à desumanização por meio da naturalização da violência que incide sobre esse corpo repetidamente mostrado nos noticiários, pela representação apresentada nas novelas e outros produtos midiáticos, pelas vivências que nos mostram as funções desprestigiadas que esse corpo ocupa nos diversos espaços etc. O exercício aqui proposto, termina então por contar com “o desdobramento das imagens na história [...] das imagens que nos configuram enquanto sujeitos historicamente orientados no quadro de uma ‘arqueologia do imaginário’” (MILANEZ, 2015, p. 206).

A necessidade de considerar essas regularidades e dispersões são fatores inerentes ao trabalho da análise discursiva com Foucault, uma vez que o discurso se dá necessariamente na relação com um conjunto de fatores da exterioridade, em que se pode enxergar na dispersão

do sujeito sua descontinuidade. Nesse caso, o intuito é perceber a descontinuidade da história da mulher negra em sua dispersão temporal até o tempo presente.

O que torna então este trabalho discursivo é o esforço em situar enunciados em práticas discursivas, como recorrência sistemática. Ou seja, enunciados que em determinado momento histórico (e, a partir da emergência, ao longo da história) formam os objetos, apoiando-se e retroalimentando uma formação discursiva. Nessa compreensão de análise do discurso, Gregolin (2015, p. 9) recomenda que

Analisar as práticas discursivas para além de sua capacidade de designação e de referenciação significa, na proposta foucaultiana, reconhecer as articulações que os discursos estabelecem com os poderes na produção de verdades historicamente delimitadas. Significa, portanto, que o laço entre discurso e poder é inextricável e que a análise arqueogenológica deve enxergar as articulações que se estabelecem entre eles.

A seguir apresentamos o enunciado remetido à trabalhadora doméstica Mirtes Souza, exibido em 20 de novembro de 2020 no especial Falas Negras em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra na Globo, propondo o exercício reflexivo sobre as relações discutidas até aqui. O tempo integral do vídeo possui mais de 56 minutos distribuídos entre 22 personalidades negras históricas que lutaram pela causa racial desde o período colonial. O trecho em que a atriz Tatiana Tibúrcio interpreta Mirtes Souza para enunciar o texto a seguir tem em torno de 3 minutos e 20 segundos. Para a reflexão aqui posta, tomamos essa materialidade discursiva para entrecortá-la, entre redes de memória, em torno da desumanização do corpo da mulher negra, evidenciadas pelas relações do trabalho doméstico e as implicações da maternidade.

Enunciado 1 - Trecho remetido à trabalhadora doméstica Mirtes Souza no especial Falas Negras

“Ela disse que meu filho saiu correndo, entrou no elevador, ela não conseguiu segurar a porta. Depois do enterro do meu filho, depois que eu vi as imagens... nada a ver o que que ela falou. Ela disse que não conseguiu segurar a porta, mas ela segurou a porta e deixou ele ir. Ela apertou o botão da cobertura. Apertou e acionou o botão da cobertura e deixou Miguel ir embora. O elevador desceu, aí ele não saiu. Quando o elevador subiu, mostra direitinho na imagem, ele saiu com muita convicção. Eu tenho na minha cabeça que ele pensou que estava retornando para o quinto andar. Infelizmente meu filho escalou aquela parede, entrou na área dos condensadores e caiu. Na minha cabeça, no meu pensamento, no pensamento do meu advogado também, eu acredito que Miguel pensou que ele tava voltando, que ele tava já lá no quinto andar porque ele saiu aí ele tocou a campainha do apartamento do lado, mas não tinha morador, aí ele subiu para a área dos condensadores e chamou na janela porque lá tem uma janela de serviço. Aí ele gritou, ele gritou “mamãe!”[...] tem testemunha que ouviu. Ele me chamou, ele me chamou três vezes, mas eu não ouvi porque eu já tinha entrado no

prédio porque eu fui na portaria de visitante pegar uma encomenda, foi quando houve a queda, foi quando o zelador saiu da sala de encarregado, aí ele disse assim “alguém caiu”. Eu disse “misericórdia, senhor”. Aí a gente entrou no elevador e subiu para o “L”. Quando abriu a porta lá no “L”, eu vi meu filho estirado no chão, meu neguinho...”

Fonte: Especial Falas Negras, Rede Globo (2019).

Diante dos vários fatores relatados pela imprensa, resume-se que no dia 2 de junho de 2020, já no auge da pandemia no Brasil, uma criança de cinco anos de idade cai do nono andar de um dos edifícios do luxuoso conjunto conhecido como "Torres Gêmeas", na capital Recife. A criança era Miguel, filho da trabalhadora doméstica Mirtes Renata Souza, que não foi dispensada do trabalho pela patroa no período pandêmico e não tinha com quem deixar o filho, já que as creches estavam fechadas por conta da pandemia. A patroa é Sari Corte Real, que não só no nome está a pompa e a memória colonial. Apesar de na ocasião ser a primeira dama do município de Tamandaré, vivia na capital e no dia da morte de Miguel, além de Mirtes, também estava com a manicure em serviço no apartamento, quando Mirtes teve que sair para passear com a cachorra da patroa.

Na acusação feita a Sari, o caso se encaminha para um cenário criminal no momento em que Miguel não quer mais ficar no apartamento e, desejando encontrar a mãe, adentra o elevador, quando Sari teria então acionado o botão da cobertura e em seguida liberado a porta deixando a criança seguir sozinha. Enquanto Sari volta para seu apartamento para terminar de fazer as unhas com a manicure que a esperava, Miguel saiu do elevador no nono andar do prédio à procura da mãe e de lá caiu. Omitir cuidados a uma criança de 5 anos, deixando-a sozinha num elevador, é a principal linha de acusação contra a patroa, denunciada pelo MP por abandono de incapaz com as agravantes de cometimento de crime contra criança e em ocasião de calamidade pública.

O intuito do trabalho discursivo não é propriamente o dito de forma isolada ou aferir um julgamento das (in)coerências de um fato. Por conta disso, ao invés de uma das diversas falas disponíveis na Internet da trabalhadora Mirtes Souza à imprensa, foi tomado aqui como materialidade o enunciado artístico personificado pela atriz Tatiana Tibúrcio. Nessa escolha também há uma tentativa de preservação das subjetividades reais de Mirtes, às quais este trabalho acadêmico jamais conseguiria recortar e discutir.

O enunciado de Mirtes no especial nos leva a uma série de reflexões sobre a colonialidade no presente pandêmico, muitas já amplamente discutidas em diversos espaços midiáticos, de militância e também por acadêmicos para problematizar os atravessamentos sociais da pandemia. Com isso, não é objetivo aqui repetir as análises já feitas, mas buscar abordar esse enunciado como emblemático na

discursivização do corpo da mulher negra, como ponto de convergência das linhas do dispositivo colonial na conjuntura de pandemia.

Essas linhas podem ser acompanhadas num lastro histórico desde a constituição da nossa sociedade e passam pelas bases que estruturam a desigualdade social brasileira. O amplo debate feito na sociedade quanto ao trabalho doméstico ser ou não uma atividade essencial na pandemia, considerando que essas trabalhadoras poderiam ter suas vidas colocadas em primeiro plano, é um dos fatores que intensificam a pertinência de tensionar as conjunturas de desumanização que o enunciado suscita a partir dos fatores sociais e históricos aqui levantados.

A partir disso, façamos um exercício de revolver os arquivos, de retomar algumas possibilidades de traço de uma rede de memória, atravessada pela relação entre racismo, trabalho doméstico e a colonialidade, como forma de diagnosticar o presente em funcionamento nas engrenagens do dispositivo colonial e sua linha de força na desumanização dos corpos que foram racializados pela colonização. Abaixo exploramos alguns elementos dessa linha da desumanização que costura uma rede de memória colonial quanto ao gênero, sobre as quais solicito ao leitor a permanente vinculação aos dados sociopolíticos e econômicos já apresentados nos tópicos anteriores.

Desumanização do corpo da mulher negra

A desumanização do povo preto como fator constitutivo da escravidão repercute até os dias atuais na organização da divisão social (que também é racial) do trabalho. Essa herança da escravidão se perpetuou no trabalho doméstico, que ao logo da história foi desempenhado por mulheres negras – isso se reforça no fato de que as mulheres brancas empregadas domésticas possuem mais direitos que as negras, considerando a média salarial e o número de carteiras assinadas, por exemplo. A escravidão estruturou nossas subjetividades a tal ponto que se deu a naturalização do corpo negro nos trabalhos serviços, braçais, graças à crença sustentáculo da escravidão de que negros eram animais.

todos identificados entre si e pela exterioridade social como não-indivíduos sociais porque “coisas”, “peças”, “mercadorias” possuídas por aqueles que, estes sim, eram indivíduos na sociedade. A instituição da escravidão construiu, para os negros, a representação segundo a qual eram seres que, pela sua “carência de humanização” (porque portadores de um corpo negro, que expressava uma “diferença biológica”), inscreviam-se na escala biológica num ponto que os aproximava dos animais e coisas [...] (NOGUEIRA, 1999, p. 42).

Nesse contexto da empregada doméstica é diametral a discursivização da mulher racializada, a que suporta o trabalho mais duro, como animais.

Uma análise possível tanto para as mulheres negras tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil é a do trabalho das mulheres negras e “sua vitimização como ‘mulas’ no mercado de trabalho”. Com objetos desumanizados, as mulas são máquinas vivas e podem ser tratadas como parte da paisagem. As mulheres plenamente humanas são menos facilmente exploradas (COLLINS, 2019, p. 99).

Memória 1 - Animalização de meninas negras. A segunda é atração em um zoológico na Europa



Fonte: Google Imagens

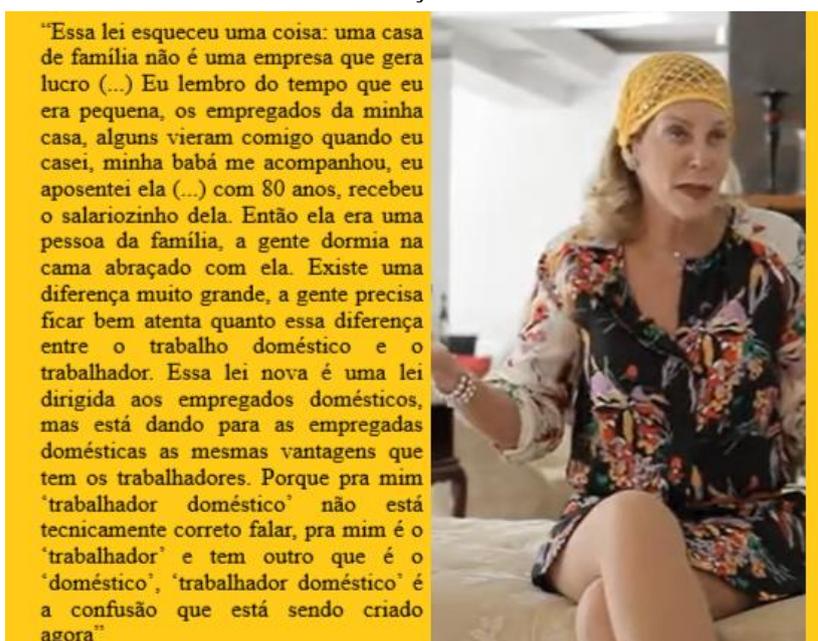
O privilégio de poder fazer quarentena, mas não abrir mão das empregadas domésticas, inclusive para atividades não essenciais, expõe a desumanização presente de forma muito mais evidente em atividades laborais com baixa remuneração, a coisificação dos corpos que desempenham o trabalho precificado nas escalas mais basilares da estrutura ocupacional no mercado de trabalho brasileiro, o que não pode ser visto fora das lentes que racializam tais relações.

As mulheres que começam a se movimentar para ocupações de nível superior são predominantemente brancas, enquanto há uma forte concentração de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico. As mulheres provenientes das classes mais pobres (majoritariamente negras) dirigem-se para os empregos domésticos, de prestação de serviços e também para os ligados à produção na indústria (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013, p. 56).

Tais atividades carregam um traço de desumanização, como se não fossem resultado de um trabalho, uma elaboração humana que soma expertise, conhecimento e habilidades. Exemplo disso foi a própria reação da classe média, e mesmo os mais ricos, diante do

reconhecimento dessas mulheres como trabalhadoras, pois o que fazem são atividades domésticas e não “trabalho”, pesando ainda sobre essa negação a dúbia relação sentimental/familiar e de exploração entre patrões e empregadas. A exploração se dá no baixo salário em relação ao esforço e tempo empregados enquanto que o aspecto sentimental/familiar surge como “justificativa” dos patrões para não aceitar a cobrança para o tratamento profissional das trabalhadoras.

Memória 2 - Reação à PEC das domésticas



Fonte: Reprodução do vídeo “Socialite Regina Manssur fala sobre PEC das domésticas” (YouTube)¹⁵.

Público/Privado no trabalho doméstico

Os processos de desumanização imanentes às relações do trabalho doméstico também se evidenciam na difícil tarefa de desvincular vida pública da vida privada, desde a violação de seu corpo (recorrentemente sexual), a intimidade regularmente invadida com perguntas e desejos inapropriados, além de funções que extrapolam o escopo do trabalho doméstico (BRITES, 2013). A informalidade trabalhista nessa atividade aliada às relações se darem num espaço de poder que é a casa do patrão propiciam as indefinições quanto a um piso salarial e aos limites de horário de trabalho.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=URsKrTQI7mg>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

o sistema de fiscalização dos direitos do trabalho encontra obstáculos intransponíveis. Sustentados em prerrogativas de inviolabilidade do lar, a maioria dos países justifica a impraticabilidade de inspecionar o cumprimento das normas legais. Não é apenas no Brasil que o trabalho doméstico é um vasto campo de informalidade (BRITES, 2013, p. 437).

Para exemplificar tal situação, basta lembrar que historicamente era comum nesse serviço as empregadas dormirem no emprego, difundindo-se ferrenhas críticas na atualidade sobre o “quartinho” da empregada. Essa relação de trabalho nutre contradições na linha tênue entre privado e profissional e essa confusão muito é determinada pela desumanização do corpo negro, pela naturalização de que esse corpo não possui subjetividades, as condições e necessidades que denotam humanidade: “nega às mulheres africanas escravizadas o casamento, a cidadania e até mesmo a humanidade, a escravidão impediu o reconhecimento social da maternidade como ocupação exercida no lar de forma privada” (COLLINS, 2019, p. 108).

A vida privada, com família e relações afetivas/amorosas, é uma negação instaurada na escravidão aos negros para possuir individualidades e sua própria família. Por esses atravessamentos, os papéis sociais de “mãe” e “esposa” confrontados pelo feminismo como opressões às mulheres brancas, para as negras foram sentidos de forma totalmente diferente ao longo da história, pois foram condições sempre arrancadas pela escravidão: ser mãe e esposa. Pós-abolição essas constituições identitárias não poderiam deixar de ser fortemente atravessadas por essas condições históricas de desumanização do corpo da mulher negra.

Mulher negra e maternidade “no serviço”

Nas várias imagens disponíveis na internet que retratam a vida do negro no período colonial (como observamos nas imagens abaixo) há uma regularidade que é a presença dos filhos dos negros sem receber a atenção humanizada que uma criança merece, obviamente porque não eram mesmo consideradas humanas, geralmente sem roupas e no chão, como animais. Os negros adultos não podiam desviar a atenção dos cuidados com os senhores em benefício de seus filhos.

Há uma recorrência no enunciado de Mirtes, em que a presença de Miguel no apartamento enquanto a mãe trabalha não é uma situação ao acaso, mas uma persistência histórica constitutiva da colonialidade no presente: o emprego doméstico, babás e afins se configuram enquanto atividades com baixa remuneração nas quais a mulher negra está inserida,

dificultando as possibilidades de garantir o cuidado a seus próprios filhos enquanto trabalha. Nesse sentido, pesam as estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora, que constrói redes de apoio e colaboração mútuo diante da falta de políticas públicas. Como nas imagens, uma das recorrências históricas retomada no enunciado de Mirtes é o da senhora na casa-grande cercada de serviçais (Mirtes, a empregada doméstica, e a manicure que faz suas unhas...), em plena pandemia, e o filho.

Memória 3 - Crianças negras no ambiente de trabalho escravo dos pais no período colonial



Fonte: Jean-Baptiste Debret/Reprodução

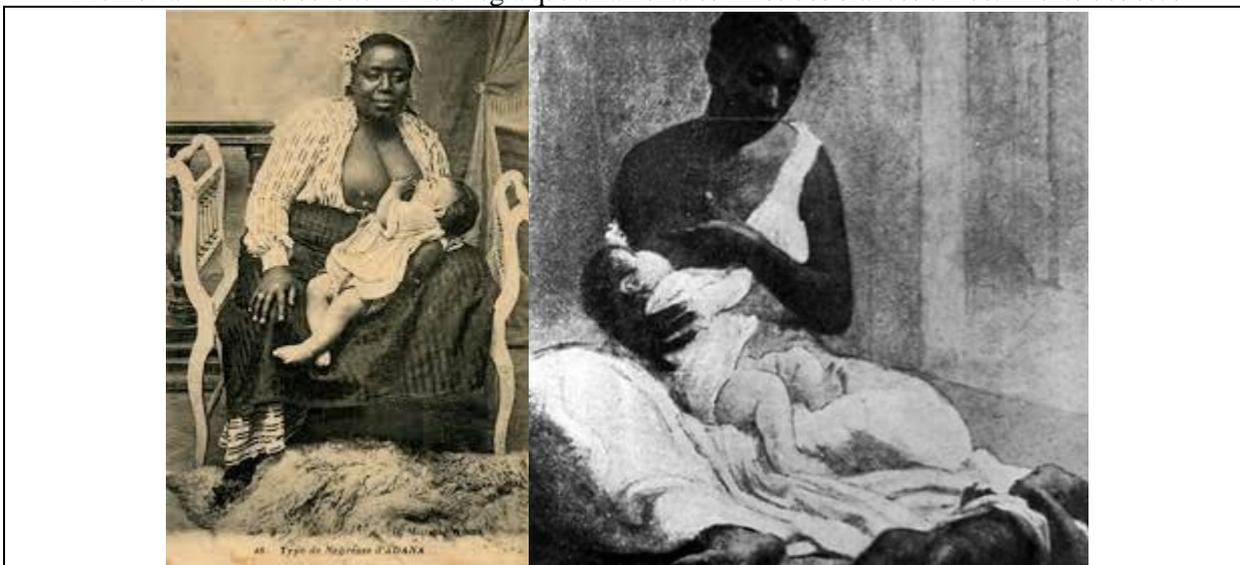
A negação de ser mãe

Ainda nessa perspectiva dos negros e seus filhos no período da escravidão, é necessário aprofundar o olhar quanto à essa regularidade na maternidade das mulheres negras: a negação do direito de ser mãe. A escravidão negou às pretas a possibilidade de serem mães e na sociedade atual o trabalho doméstico ou de babá ou afins imputam às mulheres que cuidam das casas e dos filhos da classe média a encruzilhada de não ter condições à contento para cuidar dos seus, pela histórica falta de direitos trabalhistas que lhes garantiriam licença maternidade e mesmo limites de tempo de trabalho e um piso salarial. Tais fatores permitiriam voltar para casa ao invés de dormir no quartinho e o mínimo de estabilidade econômica para o planejamento da organização de seus lares enquanto estiverem fora, como as demais trabalhadoras que gozam de direitos trabalhistas.

Davis (2016, p. 20) lembra o não direito legal das escravas sobre seus filhos e filhas em contexto de escravidão e mesmo pós-abolição: “[...] as crianças podiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque ‘crianças escravas [...] estão no mesmo nível de outros animais’”. Nas imagens abaixo se repete a normalização da relação da mãe preta com seus filhos pela negação de ser mãe para amamentar a criança branca. Nisso está posto desde a impossibilidade de convivência com seus filhos ao leite desviado dos que saíram do seu ventre em

benefício dos filhos dos senhores, mais um aspecto que reforça a animalização do corpo da mulher negra como mera produtora de leite. Ou seja, a exploração laboral dessa mulher sempre carregou junto a requintada crueldade de não poder cuidar do próprio filho, gozar da maternidade.

Memória 4 - Amas de leite. A mãe negra que amamenta os filhos dos brancos em detrimento dos seus



Fonte: Google Imagens

Considerações finais

Como já ficou notória, a capacidade da pandemia para escancarar as desigualdades socioeconômicas desnuda que o que somos hoje no recorte pandêmico é na verdade uma regularidade histórica, impingindo à sociedade brasileira o desconcertante reconhecimento das evidências de seus problemas estruturais pautados na raça, questão historicamente negada pelo discurso de democracia racial na nação. Neste trabalho, tomamos o lugar da mulher negra como ponto de convergência interseccional no dispositivo colonial.

A associação da raça/colonialidade ao trabalho doméstico como lugar historicamente marcado pelo corpo da mulher negra é uma discursivização que o contexto de pandemia permitiu visibilizar. As evidências desses contornos, dessas ligações, se dão na própria localização do enunciado no especial Falas Negras para o Dia da Consciência Negra, entre outras personalidades negras que lutaram contra o racismo ao longo da nossa história, alçando a narrativa da trabalhadora doméstica a questões raciais bem mais amplas e profundas em nossa sociedade do que um caso isolado e individualizado entre patroa e empregada.

Por esse recorte do especial Falas Negras se exemplifica porque a enunciação (verbal ou não) é a materialização menos ou mais visível do dispositivo, pois só podemos perceber os conflitos e definir os regimes pelo enunciado, atravessado pelo discurso e inserido em práticas discursivas que retroalimentam o dispositivo e suas possibilidades de materializações discursivas.

O enunciado com o qual trabalhamos é relacionado a um arquivo, uma rede de memória que possibilita apontar a carne da mulher como a mais barata na atualidade pandêmica pela intensificação das condições já historicamente existentes e pela consideração dos fatores interseccionais anteriormente abordados de gênero, raça e classe. Nesse apontamento, visibilizamos nas discussões a linha de força na desumanização do corpo da mulher negra e, imbricadamente, as implicações do trabalho e da maternidade para essas mulheres.

Essas memórias do arquivo da escravidão não devem ser coladas ao enunciado do presente (o recorte do Falas Negras) em um quadro comparativo de forma direta, mas compreendê-las na dispersão histórica do dispositivo. Na flexão necessária à descontinuidade dos fatos históricos, porém sempre presentes com mais ou menos visibilidade a depender das condições de possibilidades históricas.

Considerando a colonialidade como estruturante no pensamento social brasileiro, entende-se as dificuldades ainda hoje em torno do reconhecimento da humanidade dos negros e as implicações disso em torno da categoria “trabalho”, como foi visibilizado nas redes de memória entrecruzadas ao enunciado do presente, em pleno século XXI.

Nessas reflexões em torno do dispositivo, a linha de força é visível nas regularidades históricas, ainda que descontínuas. Buscamos então refletir sobre as condições que a pandemia nos possibilita para estabelecer as relações do presente com nosso passado e, diante disso, tensionar o futuro que queremos ter, prospectado nas mobilizações nesse presente para que possa acontecer. Evidenciar o movimento da linha de força que tenta impedir os deslocamentos do corpo da mulher negra dentro do dispositivo colonial possibilita visibilizar a potência de projetos políticos de país comprometidos com as agendas de gênero e contra a colonialidade que distribui nossa humanidade em uma hierarquia racial, que também é de classe.

O presente pandêmico é propício para tensionar tais relações entre o presente e o passado e possibilidades de futuro. A tarefa de prospectar possibilidades futuras por meio do dispositivo não é fácil, especialmente quando consideramos as peculiaridades políticas

brasileiras; mesmo depois de quase um ano em pandemia, o país continua batendo recorde de mortes, sendo um dos mais afetados pelo vírus no mundo.

Por outro lado, o que se anuncia já aponta vontades de verdades levantando-se na disputa dos espaços políticos institucionalizados, potencialmente injetadas pelos limites de respeito à vida ultrapassados pelo (des)governo em curso. Exemplo disso são as Eleições de 2020 quando, apesar de ainda tímida em quantitativo, houve uma significativa visibilidade da vitória das candidaturas representativas de grupos subalternizados na sociedade, entre eles de mulheres negras. Ainda que para alguns isso ainda não seja motivo de grandes otimismo, é inegável a circulação de práticas discursivas que tensionam o dispositivo colonial na atualidade, o que para nós da linguagem, sabemos, é fundamental para que as mudanças possam acontecer.

Referências

BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**. v. 43, n. 149, p. 422-45, maio/ago. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v43n149/04.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200004>

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **O pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, v. 1, 2002, p. 171-188. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo: São Paulo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo?** O mistério de Ariana. Lisboa: Vega/Passagens, 1996.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In: **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010

GREGOLIN, Maria do Rosário. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. **Revista Moara - Estudos Linguísticos**, edição 43, p. 6-25, jan.-jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2633>>. Acesso em: 13 jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i43.2633>

INSTITUTO POLIS. **Quem são as pessoas mais afetadas pela pandemia?** 2020. Disponível em: <<https://polis.org.br/noticias/quem-sao-as-pessoas-mais-afetadas-pela-pandemia/>>. Acesso em: 1 jan. 2021.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2013.

LISBÔA, Flávia. Língua como linha de força do dispositivo colonial: os gavião entre a aldeia e a universidade. 2019. 277f. Tese (doutorado em Letras: ênfase em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica: 2020.

MILANEZ, Nilton. O corpo é um arquipélago. In: NAVARRO, P. (Org.). **Texto e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 153-179.

MILANEZ, Nilton. Intericonicidade: da repetição de imagens à repetição dos discursos de imagens. **Acta Scientiarum**. Language and Culture, Maringá, v. 37, n. 2, p. 197-206, abr.-jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/26295>>. Acesso em: 2 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v37i2.26295>

NEVES, Ivânia. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. **Moara**, edição 43, p. 26-44, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2634>>. Acesso em: 13 jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i43.2634>

NOGUEIRA, Isildinha B. O corpo da mulher negra. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XIII, n. 135, p. 40-45, 1999. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/o-corpo-da-mulher-negra-isildinha-b-nogueira.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. Pró III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. Disponível em: <https://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=314>. Acesso em: 25 jan. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2005.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez.** São Paulo: Selo Negro, 2010.

SANTANA, Bianca. Trabalho, solidariedade e estratégias das mulheres negras, 2020. In: **O trabalho e a vida das mulheres na pandemia.** 2020. Disponível em: <<http://mulheresnapandemia.sof.org.br/trabalho-solidariedade-estrategias-mulheres-negras/>>. Acesso em: 27 jan. 2021

SOF. SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **SEM PARAR:** o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: <<http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>>. Acesso em 26 jan. 2021.

Recebido em: 17 de fevereiro de 2021

Aceito em: 22 de março de 2021